



Resumo de Notícias



O Sinttel-ES divulga os locais de votação: urnas fixas e itinerantes

A Comissão Eleitoral informa aos sindicalizados e em condições de votar que já está tudo preparado para a eleição no Sinttel-ES. No verso desse boletim, você verá que 12 urnas, sendo 2 fixas ficarão na sede do *SINTTEL* e outra na empresa *SOLLO*, e outras 10, itinerantes, que terão que percorrer todo o Estado para coletar os votos dos/as trabalhadores/as nas Operadoras de Telefonia e nas empresas terceirizadas.

Você pode conhecer o trajeto que essas urnas farão e a partir daí encontrar o melhor horário e local onde vai votar. O importante é que você vote e fortaleça o Sinttel.

As urnas

As urnas serão distribuídas em vários lugares para não deixar de fora do processo eleitoral nenhum associado que tenha condições de votar. Acesse o Site, Facebook e conheça os locais de votação.



Art. 49 do Estatuto - Todo associado tem direito de votar e ser votado, caso cumpra, na data da eleição, as seguintes condições:

- a) Estar em dia com as mensalidades do sindicato;
- b) Ter mais de seis meses de exercício profissional na categoria;
- c) Estar há mais de seis meses inscrito no quadro social do sindicato;
- d) Estar em dia com seus direitos sindicais.

Eleição: 27 e 28 de abril





Resumo de Notícias

VEJA O MAPA DAS URNAS FIXAS E ITINERANTES

	URNA	LOCAL	DIA	HORA	ENDEREÇO
FIXAS	1	SINTEL/ES	27 e 28/04/2016	08hs às 18hs	R. Barão de Monjardim, 251, Centro, Vitória/ES
	2	SOLLO	27 e 28/04/2016	09 hs às 17hs	R. Jaír Etiene Dessaune, 193, Bento Ferreira, Vitória/ES
	3	OI - ROSÁRIO	27/04/2016	08hs às 11hs	Rua do Rosário, 150, Centro, Vitória/ES
		EMBRATEL	27/04/2016	13hs às 16hs	Av. Jeronimo Monteiro, 174, Centro, Vitória/ES
	4	OI - SEDE	27/04/2016	08hs às 11hs	R. Cassiano Antonio Moraes, 60, Enseada do Suá, Vitória/ES
		OI - MOACIR AVIDOS	27/04/2016	11:30hs às 12hs	R. Moacir Avidos, 214, Praia do Canto, Vitória/ES
		COOPERTAXI	27/04/2016	13hs às 13:30hs	R. Demóstenes Nunes Viera, 64, Alto Lage, Cariacica/ES
		LOJA VIVO - CAMPO GRANDE	27/04/2016	14hs às 14:30hs	Av. Expedito Garcia, 173, Campo Grande, Cariacica/ES
		LOJA VIVO - SHOP. PRAIA DA COSTA	27/04/2016	15:30hs às 16:00hs	Av. Carioca, 353, Praia da Costa, Vila Velha/ES
	5	LOJA VIVO SHOPPING VITORIA E LOJA OI - SHOPPING VITORIA	27/04/2016	16:30hs às 17:00hs	Av. Américo Buaiz, 200, Enseada do Suá, Vitória/ES
		TELEMONT - VILA CAPIXABA	27/04/2016	08hs às 10hs	R. Viana, s/n – Bairro Vila Capixaba – Cariacica, ES
	6	TELEMONT - DGs EM CARIACICA	27/04/2016	10hs às 17hs	CARIACICA
TELEMONT - (VILA RICA) CACHOEIRO		27/04/2016	08hs às 10hs	R. Ozires de Souza Freitas, 125, Vila Rica, Cachoeiro de Itapemirim/ES	
LOJA VIVO - CACHOEIRO		27/04/2016	10hs às 11hs	R. 25 de março, 33, Shopping Cachoeiro - Cachoeiro de Itapemirim/ES	
VOGUE		27/04/2016	13:30hs às 15:30hs	R. José Rosa Machado, 19 a 25, Abelardo Machado Cachoeiro de Itapemirim	
ITINERANTES	7	OI - CACHOEIRO	28/04/2016	08hs às 09hs	R. Costa Pereira, 110, Centro, Cachoeiro de Itapemirim/ES
		TELEMONT - SEDE	27/04/2016	08hs às 10hs	Av. Des. Mário da Silva Nunes, 558, Jardim Limoeiro, Serra/ES
		LOJA VIVO - LARANJEIRAS	27/04/2016	10:30hs às 11hs	Av. Central, 811 - loja 01 - Laranjeiras, Serra/ES
	8	TELEMONT - DGs EM SERRA	27/04/2016	13hs às 16hs	SERRA
		GVT - SEDE	28/04/2016	08hs às 11hs	Av. Adalberto Simão Nader, 531 – Mata da Praia - Vitória-ES
	9	VIVO - SEDE	28/04/2016	13hs às 16hs	Av. Nossa Senhora da Penha, 275, Praia do Canto, Vitória/ES
		OI e TELEMONT – DGs EM VILA VELHA	27/04/2016	08hs às 16hs	VILA VELHA
		PRÉDIO DA OI EM GUARAPARI	28/04/2016	08hs às 09hs	R. Zuleima Fortes Farias, Centro Guarapari
		LOJA VIVO - GUARAPARI	28/04/2016	09:30hs às 11hs	Av. Roberto Calmon, 142, Centro, Guarapari/ES
	10	OI e TELEMONT - DGs EM VILA VELHA	28/04/2016	13hs às 17hs	VILA VELHA
		OI - COLATINA	28/04/2016	08hs às 10hs	R. Joaquim Ribeiro Filho, 259, Colatina/ES
	11	LOJA VIVO - COLATINA	28/04/2016	10:30hs às 11:30hs	Av. Getúlio Vargas, 245, Centro, Colatina/ES
PRÉDIO DA OI EM SÃO MATEUS		27/04/2016	08hs às 09hs	SÃO MATEUS	
LOJA VIVO – SÃO MATEUS		27/04/2016	09:30hs às 10:00hs	SÃO MATEUS	
LOJA VIVO EM NOVA VENÉCIA		27/04/2016	13:00 às 14:00	NOVA VENÉCIA	
DGs EM NOVA VENÉCIA		27/04/2016	14:00 às 16:00	NOVA VENÉCIA	
12	PRÉDIO DA OI EM LINHARES	28/04/2016	08:00 às 10:00	LINHARES	
	PRÉDIO DA OI EM CARAPINA	28/04/2016	08hs às 10hs	R. São Pedro, Carapina, Serra	
	DGS EM SERRA	28/04/2016	10:30hs às 11:30hs	SERRA	

ATENÇÃO:

Se você não conseguiu votar, seja por qualquer motivo, ligue para o SINTEL-ES 27 3222-4844 e fale com a comissão eleitoral. Ela informará a maneira mais fácil de você poder exercer seu direito de voto e fortalecer o SINTEL-ES.



Resumo de Notícias

18/04/2016 - Sinttel-ES

Um golpe parlamentar e a volta reacionária da religião, da família, de Deus e contra a corrupção

Observando o comportamento dos parlamentares nos três dias em que discutiram a admissibilidade do impedimento da presidenta Dilma Rousseff parecia-nos ver crianças se divertindo num jardim da infância. Gritarias por todo canto. Coros recitando seus mantras contra ou a favor do impedimento. Alguns vinham fantasiados com os símbolos de suas causas. Pessoas vestidas com a bandeira nacional como se estivessem num dia de carnaval. Placas com seus slogans repetitivos. Enfim, um espetáculo indigno de pessoas decentes de quem se esperaria um mínimo de seriedade. Chegou-se a fazer até um bolão de apostas como se fora um jogo do bicho ou de futebol.

Mas o que mais causou estranheza foi a figura do presidente da Câmara que presidiu a sessão, o deputado Eduardo Cunha. Ele vem acusado de muitos crimes e é réu pelo Supremo Tribunal Federal: um gangster julgando uma mulher decente contra a qual ninguém ousou lhe atribuir qualquer crime.

Que teve repercussão nacional e internacionalmente a ponto de o New York Times de 15 de abril escrever: "Ela não roubou nada, mas está sendo julgada por uma quadrilha de ladrões". Que interesse secreto alimenta a Suprema corte, face tão escandalosa omissão? Recusamos a ideia de que esteja participando de alguma conspiração. Precisamos questionar a responsabilidade do Supremo Tribunal Federal por ter permitido esse ato que nos envergonhou. O que ocorreu na declaração de voto algo absolutamente desviante. Tratava-se de julgar se a presidenta havia cometido um crime de irresponsabilidade fiscal junto a outros manejos administrativos das finanças, base jurídica para um processo político de impedimento que implica destituir a presidenta de seu cargo, conseguido pelo voto popular majoritário. Grande parte dos deputados sequer se referiu a essa base jurídica, as famosas pedaladas fiscais etc. Ao invés de se ater juridicamente ao eventual crime, deram asas à politização da insatisfação generalizada que corre pela sociedade em razão da crise econômica, do desemprego e da corrupção na Petrobrás. Essa insatisfação pode representar um erro político da presidenta mas não configura um crime.

Como num ritornello, a grande maioria se concentrou

na corrupção e nos efeitos negativos da crise. Apostrofaram hipocritamente o governo de corrupto quando sabemos que um grande número de deputados está indiciado em crimes de corrupção. Boa parte deles se elegeu com dinheiro da corrupção política, sustentada pelas empresas. Generalizando, com honrosas exceções, os deputados não representam os interesses coletivos mas aqueles das empresas que lhes financiaram as campanhas.

Importa notar um fato preocupante: emergiu novamente como um espantalho a velha campanha que reforçou o golpe militar de 1964: as marchas da religião, da família, de Deus e contra a corrupção. Dezenas de parlamentares da bancada evangélica claramente fizeram discursos de tom religioso e invocando o nome de Deus. E todos, sem exceção, votaram pelo impedimento. Poucas vezes se ofendeu tanto o segundo mandamento da lei de Deus que proíbe usar o santo nome de Deus em vão. Grande parte dos parlamentares de forma pueril dedicavam seu voto à família, à esposa, à avó, aos filhos e aos netos, citando seus nomes, numa espetaculização da política de reles banalidade. Ao contrário, aqueles contra o impedimento argumentavam e mostravam um comportamento decente.

Fez-se um julgamento apenas político sem embasamento jurídico convincente, o que fere o preceito constitucional. O que ocorreu foi um golpe parlamentar inaceitável.

Os votos contra o impedimento não foram suficientes. Todos saímos diminuídos como nação e envergonhados dos representantes do povo que, na verdade, não o representam nem pretendem mudar as regras do jogo político.

Agora, nos resta esperar a racionalidade do Senado que irá analisar a validade ou não dos argumentos jurídicos, base para um julgamento político acerca de um eventual crime de responsabilidade, negado por notáveis juristas do país.

Talvez não tenhamos ainda amadurecido como povo para poder realizar uma democracia digna deste nome: a tradução para o campo da política da soberania popular.

***Leonardo Boff, teólogo e escritor**



Resumo de Notícias

15/04/2016 - Telesíntese

Anatel propõe adiar assinatura de contrato de concessão para 31 de dezembro de 2016

A Anatel lançou hoje, 15, consulta pública, que ficará aberta até o dia 24 de abril, com nova data para a assinatura dos contratos de concessão: 31 de dezembro.

Essa consulta foi aprovada ontem, 14, por circuito deliberativo, mudando a cláusula 3.2 do contrato de concessão. Esta é a terceira vez que o conselho diretor muda a data para a assinatura da revisão quinquenal dos contratos de concessão. A última data estava prevista para 30 de abril, mas as mudanças sugeridas pelo governo são muito mais amplas do que os reguladores pretendiam inicialmente, o que forçou ao

adiamento de um ano da data inicialmente prevista.

Juntamente com os contratos de concessão, fica também adiado o Plano Geral de Metas de Universalização, pois o futuro da telefonia fixa e a universalização do serviço está em cheque nesse debate.

A consulta pública n 8 começou hoje, 15 e ficará no ar até o dia 24 de abril.

15/04/2016 - Telesíntese

Oi marca pagamento de debêntures das 1ª e 2ª séries para o dia 20

Das duas assembleias marcadas para hoje a do agente fiduciário Planner Trustee não obteve quórum.

A Oi comunicou hoje aos debenturistas da 1ª e 2ª Séries da 9ª Emissão de Debêntures não convertíveis em ações que serão realizados no dia 20 de abril de 2016 os pagamentos nos valores previstos de R\$ 10.124,318390 por debênture da 1ª Série (Oi BR-D91), totalizando R\$ 4.191.467,81, e de R\$ 13.481,500663 por debênture da 2ª Série (Oi BR-D92), totalizando R\$ 17.296.765,35. Esse foi o resultado da Assembleia Geral de Debenturistas realizada hoje, que colocou em pauta a liquidação das debêntures das duas séries. A operadora deverá divulgar os valores definitivos aplicáveis às debêntures das duas séries no dia dos pagamentos da remuneração.

A operadora também tinha marcado para hoje outra assembleia de debenturistas cujo agente fiduciário é a Planner Trustee, que não se realizou por falta de quórum. O único debenturista presente foi o Santander Fundo de Investimento PB BMF Multimercado CP, detentor de 29 debêntures da 1ª Série desta Emissão, que representa 1,7089% das debêntures em circula-

ção.

O Santander manifestou ao agente fiduciário sua intenção de voto, qual seja pela declaração do Vencimento Antecipado em razão do descumprimento pela Companhia de dois índices financeiros previstos na Cláusula 6.23, inciso XVIII, referentes ao 4º trimestre do exercício social encerrado em 31 de dezembro do ano passado.

No início do mês, a Oi tinha notificado os agentes fiduciários sobre o descumprimento pela companhia de índices financeiros previstos pelas escrituras da quinta e da nona emissões de debêntures.

O descumprimento de índice previsto na quinta emissão foi notificado à GDC Partners Serviços Fiduciários, que convocou assembleia geral de debenturistas para hoje. Já o descumprimento de índice da nona emissão foi notificado à Planner Trustee DTVM, que convocou assembleia geral também para hoje mas não obteve quórum.



Resumo de Notícias

15/04/2016 - RBA

Governo propõe salário mínimo de R\$ 946 para o próximo ano

Pela proposta, o salário mínimo passará para R\$ 1.002,70 em 2018 e R\$ 1.067,40 em 2019

O salário mínimo no próximo ano deve chegar a R\$ 946, valor que consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, enviado hoje (15) pelo governo ao Congresso Nacional. Pela proposta, o salário mínimo terá aumento de 7,5% a partir de 1º de janeiro.

Desde 2011, o salário mínimo é reajustado pela inflação do ano anterior, de acordo com o Índice Na-

cional de Preços ao Consumidor (INPC) mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas no país) de dois anos antes. A fórmula valerá até 2019.

Pela proposta, o salário mínimo passará para R\$ 1.002,70 em 2018 e R\$ 1.067,40 em 2019. Os reajustes também seguem a fórmula estabelecida em lei.

18/04/2016 - RBA

Cientistas políticos criticam argumentos de deputados em votação do impeachment

Parlamentares dedicam votos às famílias, a Deus, aos evangélicos, aos cristãos, às suas cidades e correligionários. 'Ficou explícita a falência do sistema representativo brasileiro', diz pesquisadora

Cientistas políticos criticaram a argumentação de deputados na sessão do plenário da Câmara que votou a admissibilidade do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Os parlamentares dedicaram os votos às suas famílias, a Deus, aos evangélicos, aos cristãos, aos prefeitos de suas cidades e correligionários. A sessão foi marcada pela presença de cartazes, bandeiras, hino e gritos de guerra.

Com 367 votos a favor (mais de dois terços dos 513 deputados), 137 contra, sete abstenções e duas ausências, o parecer pela instauração do processo de impeachment foi aprovado ontem (17) na Câmara dos Deputados. Agora cabe ao Senado decidir se processa e julga a presidenta.

"Acho estarrecedor, em um país republicano, que tem princípios de laicidade do Estado, levantar argumentos religiosos e a família. Pouquíssimos levantaram os motivos reais que são julgados no processo. É

entristecedor ver a qualidade de argumentos, todos arregimentados para seu entorno, em questões de seu interesse", disse a professora do Departamento de Ciência Política e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Marlise Matos.

A professora destaca que há uma leitura estranha do que seja o interesse democrático. "Há pessoas caricatas, como (o deputado Jair) Bolsonaro, que não contam. Mas deveria ser pedagógico, fica muito claro que o problema não é a presidenta Dilma Rousseff, o PT. Temos um problema muito mais sério, mais grave. Ficou explícita a falência do sistema representativo brasileiro", argumentou Marlise.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/04/cientistas-politicos-criticam-argumentos-de-deputados-em-votacao-do-impeachment-3495.html>



Resumo de Notícias

17/04/2016 - Vermelho

Golpe representa desconforto das elites com mobilidade social

Para o filósofo José Antônio Moroni, do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), o Plano Temer para o Brasil deveria chamar-se não Ponte para o Futuro, mas Ponte para o Precipício. “Se aquele projeto for implementado, vai levar o país ao precipício, porque retira todas as garantias que foram criadas pela Constituição de 1988 e coloca o Estado completamente a serviço do capital financeiro”, disse.

Poucos dias antes da votação do impeachment na Câmara, Moroni concedeu entrevista ao Vermelho, na qual avaliou que o país estava sofrendo um “golpe institucional”. Para ele, a investida antidemocrática reúne forças do Parlamento, de setores do Judiciário, do Ministério Público e da grande imprensa, que “escolheram a via do impeachment para aparentar certa legalidade”. Mas, “se você for analisar, não há essa legalidade”, afirmou.

Para o filósofo, a “agenda oculta” do golpe está marcada por um “desconforto” de segmentos da elite brasileira e da classe média com políticas sociais implementadas nos últimos anos. “Mesmo que sejam residuais e não alterem a estrutura social, econômica, cultural e política, essas políticas criaram certa mobilidade social - o Bolsa Família, a valorização do salário mínimo, o Prouni, o Fies, as políticas afirmativas. Numa sociedade machista, homofóbica e racista, com o tempo, veio uma reação desses setores que não aceitam qualquer alteração mínima nessa estrutura”, opinou. Para ele, esse é o “caldo” que foi “mexido pelos desacertos do governo”.

Segundo Moroni, esses setores de centro-direita – que em certo momento até gravitaram em torno do PT em função da questão colocada pela governabilidade – perceberam que, “pela via eleitoral, dificilmente voltariam a compor” os espaços de poder. “Resolveram criar um atalho, que, infelizmente, faz parte da nossa cultura política”.

O gestor do Inesc lembrou a tradição brasileira,

onde os mandatos costumam ser interrompidos. “Na nossa história, só três presidentes terminaram seus mandatos: Jucelino Kubitschek, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. As elites brasileiras, quando têm seus interesses ameaçados, não têm escrúpulos nenhum em ferir a democracia. Para eles, mesmo essa democracia formal, eleitoral, não é um valor. O valor máximo é garantir seus privilégios e ganhos”, criticou.

De acordo com ele, em uma sociedade conservadora como a brasileira, o discurso anticorrupção “pega” em amplos setores e tem sido usado para atrair apoio aos que se colocam contra as mudanças. “O discurso da corrupção vem para dar densidade social e política a esses grupos que se opõem a um governo que procura, minimamente, enfrentar as desigualdades”.

Para Moroni, a “agenda por trás do impeachment” é impossibilitar qualquer mudança na estrutura socioeconômica e cultural do país. “É uma agenda conservadora que precisa ser combatida”, advertiu, ressaltando que o golpe está intimamente ligado a uma pauta retrógrada que tramita no Congresso Nacional, paralelamente ao impeachment.

Congresso conservador

O filósofo crê que o Parlamento brasileiro, hoje, é muito mais conservador, em parte por uma descaracterização ideológica dos partidos. “Não é uma questão só numérica. Se comparar 1988, 1992, 1996, numericamente, a esquerda era bem menor. Mas tinha um grupo de parlamentares muito coeso politicamente, ideologicamente, que fazia o debate ideológico no Parlamento. Com o tempo, houve uma descaracterização da maioria dos partidos e isso se diluiu no Congresso Nacional e fez com que grupos fundamentalistas avançassem na sua agenda”, avaliou.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/279484-1>